



## DESTAQUES

### **Pesquisa que aprimorou sistema de vigilância global em tabagismo confere ao Brasil prêmio internacional**

Uma pesquisa realizada em 2008, pioneira nas Américas, que ajudou a aprimorar o sistema de vigilância em tabagismo da Organização Mundial de Saúde, conferiu ao Brasil o prêmio Bloomberg Philanthropies para Antitabagismo Global, celebrando os avanços feitos por organizações que implementam políticas antitabagistas em países de baixa e média renda. O prêmio foi concedido pelo Presidente da Fundação Bloomberg, Michael R. Bloomberg, durante a 16ª Conferência Mundial sobre Tabaco e Saúde em Abu Dhabi.

Além do Brasil, foram premiados o Nepal, Filipinas, Rússia, Ucrânia e Uruguai, por promoverem medidas eficazes de controle do tabaco dentro dos parâmetros preconizados pelo método MPOWER (Monitoramento, proteção ambiental, ajuda na cessação, advertências gráficas, proibição de propaganda e aumento de impostos).

O prêmio foi concedido ao Brasil por ser o primeiro país nas Américas a ter realizado, em 2008, a pesquisa *Global Adult Tobacco Survey* (GATS), batizada de Pesquisa Especial de Tabagismo (PETAB), que avaliou a situação do tabagismo na população brasileira com 15 anos ou mais, a partir da inclusão dos dados relacionados à cessação, exposição à mídia, acesso de produtos, aspectos econômicos e o conhecimento sobre os riscos associados ao consumo.

A Pesquisa que serviu como referência à OMS foi conduzida pelo IBGE e Ministério da Saúde, através do Instituto Nacional de Câncer (INCA), Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), dentro da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

Em 2013, a Pesquisa Nacional de Saúde deu continuidade ao monitoramento com indicadores semelhantes ao da PETAB, e foi observado no período de 5 anos uma redução no percentual de fumantes no Brasil, passando de 18,2% para 14,7%.

Em nota, o Ministério da Saúde disse que o prêmio Bloomberg representa o reconhecimento do papel desempenhado pelo país no monitoramento epidemiológico do uso do tabaco e na implantação de políticas públicas de luta contra o fumo.

Dados do Ministério da Saúde indicam que o número de fumantes no país continua em queda. Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde, o índice de pessoas que fumam e usam produtos derivados do tabaco é 20,5% menor que o registrado cinco anos atrás. Em 2013, do total de adultos entrevistados, 14,7% afirmavam fumar. Em 2008, o índice era 18,5%.

O Ministério da Saúde destacou também a elaboração de normas que contribuem para a redução do tabagismo como a Lei 12.546, sancionada em 2011, que altera a sistemática de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e institui uma política de preços mínimos para os cigarros. O preço mínimo do produto passou de R\$ 1 para R\$ 3 e deve chegar a R\$ 4,50 neste ano.

“Essas mudanças na legislação brasileira, além da inclusão de imagens nos maços alertando sobre os malefícios para a saúde, impactaram positivamente no [abandono do] hábito de fumar. Mais da metade dos entrevistados da Pesquisa Nacional de Saúde (52,3%) afirmam que pensaram em parar de fumar devido a essas advertências”, informou o ministério.

**Fonte: Agência Brasil**

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-03/brasil-recebe-premio-internacional-por-aco-es-de-controle-do-tabagismo>

<http://www.bloomberg.org/press/releases/bloomberg-philanthropies-honors-organizations-leading-fight-tobacco-control/>

## **DIVERSIFICAÇÃO DAS ÁREAS CULTIVADAS COM TABACO**

### **DESER mapeia relação da Afubra com Indústria e elogia 10 anos da CQCT**

Os 60 anos da Afubra e os 10 anos da CQCT foram os temas desenvolvidos pelo Boletim de Olho no Mundo do Tabaco, do DESER, de fevereiro.

Na primeira matéria, o DESER interroga se, hoje, a Afubra, associação dos fumicultores, permanece como representante de fato deste modelo de agricultura ou estaria vinculada aos interesses da Indústria do Tabaco.

Segundo o texto, até meados da década de 1950, a Indústria do Tabaco era soberana no estímulo da produção de fumo e aquisição do que lhe interessasse ao preço que lhe conviesse. Como resposta, os produtores se organizaram e fundaram a Afubra. No desdobramento, uma sequência de ações iniciada com a adequação da entidade sindical em uma empresa de seguro agrícola, passando pelo recrutamento de fumicultores realizado por técnicos da Indústria, unificaram os interesses dos produtores aos da Indústria, resultando hoje com a filiação da Afubra à Associação Internacional dos Produtores de Fumo, ITGA, “braço direito” da British American Tobacco (BAT).

As negociações para classificação do fumo e os acordos envolvendo produção e indústria também são avaliados pelo Boletim como um dado importante para

comprovação de “estreita relação” da Afubra com a Indústria, em específico a Souza Cruz.

Na segunda matéria, o DESER refaz a trajetória dos 10 anos da CQCT, a afinidade entre produção de tabaco e redução de consumo propondo o entendimento do tratado internacional como defensor do fumicultor, e não como opositor, por dar transparência às etapas de redução do consumo global através da aplicação dos artigos pelos países. De maneira conclusiva, o texto expõe a real dimensão do tratado internacional em não mencionar o fim da produção ou a proibição de se plantar tabaco.

“Em nenhum momento a Convenção-Quadro determinou (ou sequer fez menção) de proibir o plantio do tabaco. O tratado não estabelece qualquer prazo para implantação de medidas relacionadas aos agricultores. O impacto da redução de consumo sobre a produção nacional ocorrerá no longo prazo, podendo atingir somente as gerações futuras de fumicultores. Por outro lado, reconhece o impacto que a redução do consumo trará no longo prazo sobre a demanda de produção e se preocupa com a busca de alternativas economicamente viáveis, principalmente para o elo mais frágil da cadeia produtiva, os fumicultores”, conclui.

**Fonte: Observatório do Tabaco**

<http://observatoriodotabaco.com.br/uploads/biblioteca/arquivos/pdf/Boletim-Fevereiro-Otimizado.pdf>

## **INDÚSTRIA DO TABACO/CADEIA PRODUTIVA DO TABACO**

### **Representante do Ministério da Agricultura afirma que COP6 demarcou ação da Conicq**

O assessor especial e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) na Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (Conicq), Sávio Pereira, afirmou que o trabalho desenvolvido pela comissão, por ser comandado pela área de saúde, deve focar a Indústria do Tabaco e não a produção (fumicultura).

A entrevista foi obtida por telefone para o Portal do Tabaco, ambiente virtual aglutinador de informações sobre a cadeia produtiva do tabaco, pelo jornalista Romar Beling, correspondente do Jornal Gazeta do Sul durante a COP6, na Rússia.

“O que se discute na Convenção-Quadro, e o que se retoma na Conicq, é da área da Saúde. E esse assunto, na sociedade, diz respeito tão somente à indústria de cigarros. Não tem nada, absolutamente nada a ver com os produtores de tabaco. Esse não é um problema deles”, enfatizou Pereira.

Pereira informou ainda que desde o término da COP6, aspectos relacionados à produção de tabaco não foram debatidos na Conicq, e que abordagens sobre restrições ou proibições ao cultivo de tabaco estão superadas.

“A questão de alguma restrição ou proibição ao cultivo de tabaco, esse assunto para nós está encerrado. O Brasil jamais faria isso”, frisou Pereira.

Para o representante do MAPA, a conferência ocorrida na Rússia demarcou as diferenças entre os interesses da saúde e da agricultura sobre a questão do tabaco no Brasil.

“Assim como nós não temos atribuição para nos ocupamos dos temas da Saúde, do mesmo modo não compete à área da Saúde inspecionar ou buscar fontes de renda no campo, nem discutir alternativas ao tabaco nas pequenas propriedades, em qualquer região do País. Depois de Moscou, creio que isso deve ter ficado bem claro para todos”, finalizou.

**Fonte: Portal do Tabaco**

<http://portaldotabaco.com.br/?p=559>

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/03/1606759-contra-comercio-ilegal-empresas-pedem-que-pais-contenha-taxas-e-vizinhos.shtml>

## COMÉRCIO ILÍCITO DO TABACO

### Folha de São Paulo debate contrabando em reportagem e seminário

Souza Cruz afirma que maiores impostos propiciam contrabando

Na linha do jornalismo investigativo para mapear e explicar o contrabando no Brasil, uma indústria que prospera à margem da lei e tira do país R\$ 94 bilhões ao ano, segundo estimativas, o Jornal Folha de São Paulo mobilizou durante dois meses mais de 30 profissionais, e com os resultados produziu o Seminário “Fórum o Contrabando no Brasil” entre os dias 18 e 19 de março, em São Paulo.

Do Seminário participaram legisladores, juristas, especialistas em tributação, técnicos da receita federal, polícia federal, embaixadores, representantes da indústria e do comércio, professores e estudiosos do tema.

Na mesa “Indústria e Setores mais afetados” foram convidados o Presidente da Souza Cruz, Andrea Martini, junto com o presidente-executivo da Interfarma (Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa), Antonio Britto; do presidente da Estrela, Carlos Tilkian, e do presidente da Abba (Associação Brasileira de Importadores e Exportadores de Alimentos e Bebidas), Adilson Carvalhal Jr..

Para Martini, a elevação de impostos promovida pelo governo a partir de 2012 para coibir o fumo incentivou o contrabando de cigarros paraguaios. Segundo o executivo, hoje a empresa estima que quase um terço dos cigarros consumidos no Brasil venha do país vizinho. Sem controle de qualidade, eles têm venda proibida no Brasil.

Segundo apurou o jornal, as rotas mudam constantemente, os criminosos sofisticam as formas de trazer e distribuir mercadoria, e apenas uma pequena fatia do que é contrabandeado é apreendida pela Polícia Federal e pela Receita.

Com os chefes de quadrilha blindados pela longa cadeia de distribuição que persevera nas brechas da lei, o negócio ilícito cresce.

Os baixos preços, seu principal combustível, são obtidos com a sonegação fiscal. E o consumidor se põe em risco – produtos contrabandeados não passam por controle de qualidade e podem, em casos extremos, matar.

**Fonte: Folha de São Paulo**

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/03/1600563-folha-aborda-contrabando-em-reportagem-e-seminario.shtml>

### **Fortalecimento do Mercosul resolveria contrabando de tabaco, afirma ex-Ministro**

O ex-ministro e ex-embaixador Rubens Ricupero afirmou no dia 19 de março, que se o Mercosul funcionasse, o problema do contrabando estaria resolvido.

A declaração foi dada na abertura do segundo dia do "Fórum o Contrabando no Brasil", promovido pela Folha de São Paulo, em uma palestra sobre medidas diplomáticas que podem reduzir o contrabando e o descaminho.

O ex-ministro se concentrou no caso que julga mais grave, que é a relação com o Paraguai. Hoje, dois terços do contrabando que entra no Brasil é de cigarros, quase todos paraguaios. Para Ricupero, é preciso, além da repressão ao crime, criar uma agenda positiva que incentive a colaboração dos países vizinhos no combate à prática.

Para isso, Ricupero propõe um fortalecimento das alianças do Mercosul e uma integração das cadeias produtivas dos dois países.

"Se o Mercosul funcionasse como foi pensado, esse problema [o contrabando] deixaria de existir porque os mercados seriam comuns, não teríamos que controlar as fronteiras do modo como fazemos hoje", diz.

Segundo Ricupero, países menores como Paraguai e Uruguai nunca encontraram nos parceiros mais fortes da América Latina condições de se desenvolver licitamente.

**Fonte: Folha de São Paulo**

<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/03/1605055-se-mercosul-funcionasse-contrabando-estaria-resolvido-diz-rubens-ricupero.shtml>

### **Especialistas entendem que Brasil e Paraguai deveriam se unir contra contrabando**

Brasil e Paraguai deveriam elaborar ações conjuntas para coibir o contrabando nas fronteiras entre os dois países. É o que defendem o delegado da Receita Federal em Foz do Iguaçu Rafael Dolzan, o repórter do jornal paraguaio 'ABC Color' Candido Figueiredo Ruiz e o professor do programa de pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Camilo Pereira

Carneiro Filho. Eles participaram do segundo dia do "Fórum o Contrabando do Brasil", no dia 19 de março, promovido pela Folha de São Paulo.

O delegado da Receita afirmou que, para combater o contrabando, é preciso ter atuações legislativa e repressiva. "E, pensando em solução de longo prazo, temos a questão do diálogo com o Paraguai", acrescenta.

Para o paraguaio Ruiz, maior diálogo entre Paraguai e Brasil é caminho para combater o crime. "Só vamos resolver esse problema [do contrabando] com uma conversa e unificação entre os dois países.

Camilo Pereira Carneiro Filho, da UFRGS disse que o Governo Federal elabora estudos que privilegiam apenas o lado brasileiro e sugere o monitoramento também de áreas paraguaias. Para ele, há desconhecimento por parte de autoridades das fronteiras e outra alternativa para coibir o crime seria a geração de renda e emprego na região. Segundo o professor o desemprego é um dos principais motivos que leva ao crime do contrabando e descaminho. "Pela experiência que tenho, porém, acho que ainda há um longo caminho pela frente", diz o jornalista.

O delegado da Receita Federal Rafael Dolzan ressalta que o cenário atual do contrabando melhorou em relação ao dos últimos anos. "Antes, os sacoleiros predominavam na ponte da Amizade [na fronteira do Brasil com o Paraguai]. Hoje, a maioria das pessoas que circula na ponte é turista", disse Dolzan.

"No passado, o crime acontecia à luz do dia e todo mundo achava normal. Hoje não é mais assim", completa.

Por causa do baixo imposto paraguaio, o cigarro é o produto que mais avança em contrabando no Brasil. Chega principalmente por Foz do Iguaçu, na Tríplice Fronteira com Paraguai e Argentina, onde representa R\$ 2 de cada R\$ 3 em mercadorias que entram no país sem pagar impostos.

**Fonte: Bem Paraná**

<http://www.bemparana.com.br/noticia/377856/brasil-e-paraguai-devem-se-unir-contra-contrabando-dizem-especialistas>

### **Proposta de Centro Integrado contra o Contrabando reúne Brasil e Paraguai**

O ministro da Indústria e Comércio do Paraguai, Gustavo Leite, liderou uma delegação que se reuniu no dia 23 de março em Brasília com representantes do governo brasileiro para solucionar "alguns inconvenientes" que existem na fronteira, segundo as autoridades paraguaias. Leite quer se aprofundar nas relações comerciais entre os dois países e "buscar soluções para alguns inconvenientes que acontecem na fronteira", segundo um comunicado oficial do Ministério da Indústria do Paraguai.

As cidades fronteiriças entre Paraguai e Brasil, como Ciudad del Este e Pedro Juan Caballero, são a principal rota regional do tráfico de cocaína e maconha, mas também

do contrabando de tabaco e de todo tipo de artigos eletrônicos e têxteis falsificados, como reconhecem as autoridades dos dois países. Brasil, Argentina e Paraguai estudam criar um centro integrado contra o contrabando na região, a Tríplice Fronteira, segundo o governo brasileiro.

O centro de controle e comando será custeado por Brasil e Argentina, afirmou o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, durante um seminário sobre contrabando organizado pelo jornal Folha de São Paulo. Cardozo garantiu que é "impossível parar carro por carro na Ponte da Amizade", que liga a cidade paraguaia de Ciudad del Este com Foz do Iguaçu.

O atual presidente do Paraguai, Horacio Cartes, dono de um banco, de uma companhia de tabaco e de um conglomerado com mais de 20 empresas, foi investigado na última década no Brasil, e também pela DEA - a agência de combate ao tráfico de drogas dos Estados Unidos - e outras agências de inteligência americanas, por lavagem de dinheiro e contrabando de cigarros. No entanto, de acordo com seus representantes, Cartes nunca foi processado.

Segundo dados da Associação Brasileira de Combate à Falsificação (ABCF), baseados em estatísticas oficiais, cerca de R\$ 20 bilhões em mercadorias ilegais vindas do Paraguai entram todos os anos no Brasil. Em entrevista coletiva em São Paulo há duas semanas, no Dia Nacional da Luta contra o Contrabando, o diretor da ABCF, Rodolpho Ramazzini, acusou o presidente Cartes de incentivar a produção de tabaco em seu país com alíquotas de "apenas" 9%, contra os 70% de taxaço sobre o tabaco no Brasil.

O cigarro contrabandeado do Paraguai é o principal item do comércio ilegal, seguido pelas peças automotivas, segundo Ramazzini. "O cigarro paraguaio vale a metade do brasileiro, mas contém substâncias proibidas no Brasil há mais de dez anos, além de ter detritos e restos de insetos em meio ao tabaco", ressaltou o diretor da ABCF na conferência.

Cerca de 13 mil comerciantes brasileiros foram alvo de denúncias no ano passado por venderem cigarros contrabandeados do Paraguai. Segundo a associação, a falta de controle nas fronteiras com Paraguai, Bolívia, Peru e Colômbia gera perdas de US\$ 34 bilhões anuais ao Brasil.

**Fonte: Época Negócios**

<http://epocanegocios.globo.com/Informacao/Dilemas/noticia/2015/03/ministro-paraguaio-vem-ao-brasil-para-resolver-inconvenientes-fronteiricos.html>

## **MUNDO SEM TABACO**

### **Bloomberg e Gates lançam Fundo para ajudar países a combater Indústria do Tabaco**

As Fundações Bloomberg e Bill e Melinda Gates se uniram na causa antitabaco global ao anunciarem a doação de US\$ 4 milhões para consultoria jurídica aos países cujas políticas de saúde são desafiadas pela indústria do tabaco, como o Uruguai e Austrália.

Além do apoio na produção de leis, o fundo vai possibilitar a defesa contra as ações judiciais movidas pela Indústria do Tabaco.

Uma das expectativas do Fundo é que ele se fortaleça com novas doações. Segundo o Jornal *The Guardian*, o maior motivador da criação do Fundo foram os processos movidos pela Indústria contra a Austrália e Uruguai.

Durante a Conferência Mundial Tabaco ou Saúde, que ocorre em Abu Dhabi, a Diretora-geral da OMS, Margaret Chan, chamou atenção das ações judiciais contra os governos.

"Em uma tendência sombria, em alguns países, a batalha entre tabaco e saúde migrou para os tribunais", disse ela, e acrescentou "os governos que desejam proteger seus cidadãos utilizando advertências ilustradas maiores nos maços de cigarros ou em embalagens padronizadas estão sendo intimidados judicialmente pela indústria através de processos morosos e dispendiosos. Esta é uma estratégia da Indústria para privar os governos de seu direito soberano de legislar no interesse público. Vamos combatê-los duramente".

Um relatório lançado durante a Conferência informou que havia 3,9 bilhão de fumantes com idade média acima de 15 anos nos Estados membros da OMS, em 2010.

Em 2025, está previsto um crescimento de 5 bilhões de tabagistas se o atual ritmo de controle do tabaco permanecer. Especialistas dizem que a meta global - para cortar o tabagismo em todo o mundo, de até 30% até 2025, não será alcançado se não forem tomadas medidas de redução de taxas na maioria dos países. Apenas 37 países estão implantando políticas para atingir esta meta.

A indústria do tabaco tem invocado acordos comerciais bilaterais para contrariar medidas anti-tabaco - no Uruguai contra advertências e na Austrália contra embalagens padronizadas.

Michael Bloomberg e Bill Gates se pronunciaram sobre os processos movidas pela Indústria. "Estamos em um momento crítico no esforço global para reduzir o uso do tabaco, pois os ganhos significativos correm o risco de serem prejudicados pelo uso da indústria do tabaco de acordos comerciais e litígios", disse Michael Bloomberg.

Para Bill Gates "os países que estão tentando proteger seus cidadãos contra os malefícios do tabaco não devem ser dissuadidos por ameaças das grandes empresas de tabaco".

**Fonte: The Guardian**

<http://www.theguardian.com/society/2015/mar/18/bloomberg-gates-foundation-fund-nations-legal-fight-big-tobacco-courts>

**CIGARRO ELETRÔNICO**

**Regulação de Cigarro eletrônico é consensual em conferência anti-tabagismo**



Especialistas em saúde defenderam o cigarro eletrônico durante uma conferência anti-tabagismo em Abu Dhabi, descartando preocupações de que ele poderia favorecer a dependência à nicotina na adolescência.

A maioria dos especialistas, no entanto, concordaram que o uso dos cigarros eletrônicos deve ser regulado, já que seus efeitos são ainda muito pouco conhecidos. Konstantinos Farsalinos, pesquisador do Centro de Cirurgia Cardíaca Onassis, em Atenas, falou à AFP sobre um estudo que ouviu quase 19.500 pessoas, essencialmente nos Estados Unidos e Europa, no qual 81% dos entrevistados declarou ter parado de fumar graças ao cigarro eletrônico.

"Em média, eles param de fumar no primeiro mês de uso do cigarro eletrônico", explicou. "Não vemos um resultado parecido com nenhum outro método para parar de fumar".

No entanto, a chefe da Organização Mundial da Saúde (OMS), Margaret Chan, manifestou na última quarta-feira seu apoio aos governos para que proibam ou regulem o uso do cigarro eletrônico.

"Não fumar é a norma, e os vaporizadores irão desviar o pensamento normal, já que encorajam o tabagismo, especialmente entre os jovens", disse Chan a jornalistas durante a Conferência Mundial sobre o Tabaco e Saúde, realizada na capital dos Emirados Árabes Unidos.

Mas para Jean-François Etter, professor da Universidade de Genebra, "os cigarros eletrônicos, as pastilhas de nicotina e os inaladores de tabaco não devem ser muito regulados". Isso poderia "reduzir o número de fumantes que se voltam para esses novos produtos", beneficiando "apenas grandes grupos de empresas de tabaco".

Os primeiros vaporizadores foram produzidos na China em 2003 e desde então têm experimentando um sucesso crescente em todo o mundo.

Alan Blum, clínico-geral e diretor do Centro para o Estudo do Tabaco e Sociedade da Universidade do Alabama, destacou que o cigarro eletrônico é geralmente recomendado para pacientes que desejam parar de fumar, em vez de "prescrever uma droga que tem efeitos colaterais e não funciona muito bem". Mas ele lamenta o uso por crianças, ou o fato de que alguns usam com maconha.

Farsalinos, por sua vez, citou um estudo ainda não publicado, segundo o qual "se 3% dos fumantes passassem a usar o cigarro eletrônico, cerca de dois milhões de vidas seriam salvas nos próximos 20 anos".

Segundo a OMS, o tabaco mata quase seis milhões de pessoas por ano, e caso medidas de contenção não forem tomadas rapidamente, o número de vítimas fatais será de oito milhões em 2030.

**Fonte: Notícias Uol**

<http://noticias.ne10.uol.com.br/saude/noticia/2015/03/20/especialistas-defendem-cigarro-eletronico-em-conferencia-anti-tabagismo-538220.php>

A CONICQ é responsável por articular a implementação da agenda governamental para o cumprimento dos artigos da Convenção-Quadro para Controle do Tabaco. É presidida pelo Ministro da Saúde e composta por representantes de 18 órgãos federais. Acesse o Observatório da Política Nacional de Controle do Tabaco.

**Expediente:**

**Este boletim é produzido pela** Secretaria Executiva da Comissão Nacional para a implementação da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CONICQ)

**INCA** - Instituto Nacional de Câncer José de Alencar Gomes da Silva / Ministério da Saúde.

Contato: [conicq@inca.gov.br](mailto:conicq@inca.gov.br)

**Edição: Alexandre Octávio**

**Projeto gráfico: Equipe da Divisão de Comunicação Social do INCA**